

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 4/2026**
UASG: 987541**INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- **Número do Processo:** 491/2026
- **Órgão Requisitante:** Departamento de Cultura
- **Responsável pela Elaboração:** Mateus João Cordeiro Schmoeller de Lima
- **Data de Elaboração:** 13/2/2026

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

A necessidade pública identificada decorre da existência de um desafio recorrente, de natureza comunicacional, pedagógica e sociocultural, enfrentado pelo Município de Dois Vizinhos na organização e execução de ações institucionais voltadas à infância e às famílias ao longo do calendário anual. Em datas comemorativas e eventos públicos, a Administração Municipal é demandada a promover atividades que não se limitem a uma programação formal, mas que sejam capazes de mobilizar a comunidade, acolher crianças e responsáveis, incentivar a participação cidadã, reforçar vínculos comunitários e ampliar o alcance das mensagens institucionais. No contexto de um município de porte médio, com forte dinâmica comunitária e presença de eventos de caráter cultural, educativo e recreativo, torna-se evidente que a simples divulgação de informações, por meios tradicionais, nem sempre alcança com efetividade o público infantil, que é um segmento com linguagem própria, atenção seletiva e alto potencial de multiplicação de mensagens quando devidamente engajado.

O problema público a ser enfrentado, portanto, não é a ausência de um item material, mas a necessidade de ampliar a efetividade das ações institucionais direcionadas à infância, especialmente quanto à capacidade de gerar engajamento espontâneo, permanência do público nos espaços de convivência, adesão das famílias às atividades propostas e construção de memória afetiva positiva associada a políticas públicas e serviços municipais. Em eventos e campanhas, observa-se que crianças tendem a se conectar com elementos simbólicos e narrativos, e respondem com maior intensidade a estímulos visuais, personagens e interações lúdicas. Quando a Administração não dispõe de instrumentos adequados de mediação lúdica e comunicacional, a consequência prática é a redução do impacto das iniciativas públicas, com menor participação, menor alcance orgânico das mensagens e menor capacidade de transformar um evento em experiência formativa e comunitária. Isso se agrava em ações que exigem presença territorial, abordagem acolhedora e aproximação com o público, como atividades em praças, escolas, desfiles, campanhas temáticas, ações educativas e eventos de grande circulação.

A dimensão do engajamento infantil possui relevância direta para o interesse público por diversas razões. Em primeiro lugar, a infância é etapa estratégica de formação de hábitos, valores e vínculos com a comunidade, sendo interesse do Município promover experiências que fortaleçam a convivência, a cidadania e o sentimento de pertencimento. Em segundo lugar, o público infantil influencia diretamente a participação das famílias, pois crianças mobilizam deslocamentos, ampliam a permanência em espaços públicos e estimulam a circulação em eventos, o que beneficia a vitalidade comunitária e a efetividade de programações culturais, recreativas e educativas. Em terceiro lugar, a presença de dispositivos lúdicos de mediação contribui para um ambiente de acolhimento e segurança emocional, diminuindo barreiras de interação, especialmente em eventos com grande público, em que a criança pode se sentir intimidada ou dispersa. Por fim, a experiência positiva da criança em atividades institucionais tende a repercutir na percepção da família sobre o



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

cuidado público, o que é relevante para a confiança social e a legitimidade das ações governamentais.

Há, ainda, uma dimensão pedagógica e comunicacional que precisa ser considerada sob a ótica da eficiência administrativa. Campanhas e ações institucionais, quando orientadas ao público infantil, precisam ser comunicadas em linguagem compatível com sua faixa etária, com estratégias de aproximação que facilitem atenção, compreensão e adesão. Elementos lúdicos e personagens permitem traduzir mensagens públicas complexas em narrativas acessíveis, facilitando a mediação por equipes da cultura e da educação, e possibilitando abordagens educativas em ambientes formais e informais. Isso inclui desde a promoção de valores de convivência, respeito e cooperação até ações temáticas vinculadas ao calendário municipal, como atividades alusivas à Páscoa, ao Dia das Crianças e ao período natalino, que tradicionalmente envolvem forte expectativa comunitária e participação familiar. A ausência de recursos lúdicos consistentes reduz o potencial pedagógico dessas ações, limita o alcance e tende a deslocar o foco para uma lógica meramente protocolar de evento, sem a profundidade de engajamento que o interesse público recomenda.

Outro aspecto central da necessidade é a capacidade de criar experiências públicas que sejam inclusivas e adequadas à diversidade do público atendido. Dois Vizinhos, como qualquer município, possuem crianças com diferentes perfis, realidades e condições de acesso a bens culturais e experiências recreativas. A Administração tem o dever de reduzir desigualdades de acesso e promover oportunidades de fruição cultural e educativa para todas as famílias, inclusive aquelas em situação de maior vulnerabilidade social. Em eventos abertos e gratuitos, instrumentos de interação lúdica funcionam como mediadores de inclusão, pois permitem que crianças se sintam convidadas a participar, aproximam famílias que não possuem hábito de frequentar atividades culturais e tornam o ambiente mais amigável para diferentes faixas etárias. A necessidade pública, portanto, abrange a criação de condições para que os eventos e campanhas sejam, de fato, experiências acessíveis e acolhedoras, e não apenas iniciativas formalmente oferecidas, mas com baixa adesão real.

A dimensão operacional também é relevante. As ações institucionais em datas comemorativas frequentemente envolvem deslocamento de equipes, presença em múltiplos pontos da cidade, interação com públicos diversos e participação em desfiles, feiras, programações culturais e ações educativas. Nesse cenário, a Administração precisa de instrumentos que sejam versáteis, reutilizáveis e adequados ao uso recorrente, permitindo que a mesma estratégia de engajamento seja mobilizada em diferentes ambientes e contextos, sem depender de soluções improvisadas, frágeis ou inadequadas ao padrão institucional. A improvisação, além de comprometer a qualidade estética e a efetividade comunicacional, pode gerar riscos operacionais, como baixa segurança em ambientes de circulação, desconforto do agente que realiza a interação e perda de credibilidade perante o público. Assim, a necessidade pública inclui a profissionalização de instrumentos de mediação lúdica, com padrões compatíveis com o caráter institucional, de modo a garantir previsibilidade, planejamento e consistência nas ações ao longo do ano.

Ressalte-se, ainda, que o Município não atua isoladamente em suas políticas e ações: há interações frequentes entre Cultura e Educação, e também com outras áreas que realizam campanhas e ações públicas, como saúde, assistência social, turismo e comunicação institucional. A necessidade descrita é transversal, pois dispositivos de engajamento infantil podem potencializar ações integradas entre secretarias e projetos, ampliando o alcance de eventos e campanhas e reduzindo o custo social do “baixo engajamento”. Em termos de eficiência administrativa, instrumentos que favorecem adesão do público reduzem retrabalho, aumentam retorno institucional das programações e qualificam a entrega de políticas públicas, sem depender



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

exclusivamente de mídia paga ou de estratégias de comunicação que não dialogam com o universo infantil. Essa transversalidade é particularmente relevante em município de cerca de 50 mil habitantes, em que o engajamento comunitário tem papel decisivo para o sucesso de iniciativas públicas e para o fortalecimento do tecido social.

Também deve ser considerada a dimensão simbólica e de identidade local. Eventos e datas comemorativas, quando bem conduzidos, reforçam pertencimento, memória coletiva e a percepção de que o espaço público é um espaço vivo, de convivência e de cuidado. A infância, nesse processo, é vetor estratégico de formação de memória afetiva vinculada à cidade e às suas tradições. Personagens e interações lúdicas funcionam como símbolos que organizam a experiência do evento, facilitando a criação de narrativas, registros fotográficos, lembranças e relatos familiares. Isso não é mero elemento decorativo: é uma ferramenta de coesão comunitária, capaz de fortalecer a participação social, valorizar a programação pública e gerar experiências de alta capilaridade, porque crianças levam a experiência para dentro de casa, para a escola e para os grupos sociais, multiplicando o alcance do evento e o reconhecimento das ações municipais.

A necessidade pública, portanto, se fundamenta na demanda por aumentar a efetividade e o alcance das ações institucionais destinadas à infância e às famílias, qualificando a comunicação pública e a experiência comunitária em eventos e campanhas, ampliando a participação cidadã, promovendo inclusão e acolhimento, fortalecendo vínculos comunitários e garantindo consistência e profissionalismo na execução do calendário anual de atividades. O foco reside na capacidade de a Administração oferecer experiências públicas com maior poder de mobilização, interação e permanência do público, especialmente infantil, assegurando que as iniciativas em datas comemorativas e eventos municipais sejam instrumentos efetivos de convivência, educação, cultura e fortalecimento do pertencimento local. Em síntese, o que se busca é responder, sob a perspectiva do interesse público, ao problema do baixo engajamento infantil e da limitada efetividade de ações institucionais quando não há mediação lúdica qualificada, garantindo que as políticas e programações municipais alcancem seu público com linguagem apropriada, impacto social percebido e resultados concretos em participação, integração comunitária e valorização do espaço público.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA **(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)**

O levantamento de possíveis soluções para atender às ações institucionais em datas comemorativas e eventos do Município de Dois Vizinhos foi orientado por histórico recente, por consulta ao mercado e por análise de viabilidade jurídica e operacional. Registra-se que, no exercício de 2023, o Município realizou a aquisição de um mascote de coelho, cuja experiência de uso demonstrou inadequação em relação ao padrão de qualidade pretendido, especialmente quanto a materiais, acabamento e estética, o que comprometeu parcialmente a finalidade institucional de engajamento do público infantil e a durabilidade esperada para uso recorrente. Esse resultado evidenciou que a abordagem baseada em descrições genéricas e na confiança em imagens publicitárias do mercado apresenta risco elevado de se obter produto aquém do necessário para interação com o público, registro fotográfico, segurança operacional e preservação da imagem institucional.

Diante disso, a primeira medida adotada foi investir em pesquisa e estruturação de descritivos técnicos mais robustos, com foco em especificações objetivas, critérios de aceitação e mecanismos de verificação capazes de reduzir o risco de aquisição de itens com padrão inferior. Paralelamente, promoveu-se consulta ao mercado fornecedor desse tipo de objeto, verificando-se que parte relevante dos fornecedores atua de forma





Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

artesanal e personalizada e, conforme informado nas tratativas, não é comum que esse segmento participe de licitações. Ainda nesse esforço, foram solicitados orçamentos e apoio técnico para refino dos descritivos, porém as empresas contatadas informaram que não prestariam esse suporte e, adicionalmente, que não costumam participar de certames licitatórios, o que reforçou o risco de baixa competitividade e a necessidade de desenhar o instrumento convocatório de forma a atrair fornecedores e, simultaneamente, proteger a Administração quanto ao padrão mínimo exigido.

Como etapa subsequente, foram realizados levantamentos de preços em consultas públicas no PNCP e em pesquisas de mercado na internet, com vistas a identificar faixas de valores praticadas e a variabilidade de padrões ofertados. Esse conjunto de evidências confirmou que há grande dispersão entre preços e níveis de qualidade, com ofertas que variam desde itens simplificados, com acabamento limitado, até produtos de padrão profissional. Sob a ótica financeira, essa variabilidade reforça que o menor preço, isoladamente, não é parâmetro suficiente para atender ao interesse público, sendo indispensável que a Administração estabeleça requisitos mínimos e mecanismos de validação para evitar contratações com baixa relação custo-benefício e consequente necessidade de reposições e retrabalhos.

No exame das alternativas de solução, considerou-se inicialmente a possibilidade de não contratar e utilizar exclusivamente o mascote existente, com eventuais ajustes ou manutenções. Essa alternativa foi analisada sob o prisma da economicidade imediata, porém mostrou-se insuficiente para resolver o problema público identificado, dado o histórico de inconformidade qualitativa e a necessidade de adequação estética e funcional para ações recorrentes e multissetoriais. Do ponto de vista operacional, depender de um item que já demonstrou desempenho aquém do esperado tende a limitar a efetividade das ações, reduzir engajamento e gerar risco de desgaste institucional.

Também foi avaliada a hipótese de aquisição por inexigibilidade de licitação, sob o argumento de que parte dos produtos possui caráter artesanal e artístico. Contudo, após consulta ao setor jurídico, concluiu-se que o enquadramento não seria adequado, uma vez que a contratação pretendida não se caracteriza, no caso concreto, como situação que inviabilize competição nos termos exigidos para inexigibilidade, e que a solução juridicamente mais segura e compatível com o objeto seria a realização de disputa eletrônica por pregão, com especificações claras e critérios de validação. Essa orientação foi determinante para a definição do caminho a seguir, privilegiando a conformidade com o regime da Lei nº 14.133/2021 e a mitigação de riscos de questionamentos por órgãos de controle.

Nesse cenário, a solução reputada mais vantajosa e aderente ao interesse público foi a contratação por pregão eletrônico, com estruturação técnica voltada à qualidade. Do ponto de vista técnico e operacional, o pregão permite ampliar a competitividade e selecionar a proposta mais vantajosa, desde que o Termo de Referência estabeleça, de forma objetiva, padrões mínimos de acabamento, ergonomia, segurança, durabilidade, higienização e conformidade estética com os memoriais visuais definidos para cada personagem. Do ponto de vista jurídico, a alternativa se harmoniza com a natureza de bem comum, na medida em que os atributos relevantes podem ser descritos e verificados por critérios objetivos. Do ponto de vista financeiro, essa estratégia reduz o risco de aquisição de itens inadequados que geram prejuízo indireto por baixa vida útil, necessidade de substituição e comprometimento da efetividade das ações.

Considerando a experiência de 2023 e a elevada variabilidade de ofertas, identificou-se como medida indispensável a adoção de mecanismos de validação da qualidade no próprio procedimento, especialmente por meio da exigência de amostras e da análise de portfólio, a serem avaliados por comissão designada, com base em



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

checklist e critérios previamente estabelecidos no edital e no Termo de Referência. A amostra permite verificar, em condições reais e de modo prático, aspectos que não se comprovam com segurança apenas por descrição escrita, como acabamento, conforto, mobilidade, ventilação, estabilidade, solado, resistência de fixações e fidelidade estética ao memorial. O portfólio, por sua vez, auxilia a aferir a capacidade do fornecedor em produzir itens com padrão profissional semelhante ao exigido, reduzindo o risco de contratar fornecedor sem histórico compatível com o nível de qualidade pretendido. Em conjunto, esses instrumentos fortalecem a segurança da contratação, aumentam a previsibilidade do resultado e mitigam risco de frustrar a finalidade pública de engajamento infantil, uso em desfiles, campanhas e ações integradas com outras secretarias, especialmente Educação.

Conclui-se, portanto, que, após análise comparativa das alternativas consideradas e diante do histórico municipal, das características do mercado e das condicionantes jurídicas apontadas, a solução tecnicamente adequada, financeiramente prudente, operacionalmente viável e juridicamente segura é promover pregão eletrônico com especificações técnicas aprimoradas, memoriais visuais por personagem e mecanismos objetivos de validação, incluindo amostras e avaliação de portfólio por comissão designada, com registro formal dos resultados. Essa conformação atende ao interesse público ao maximizar a probabilidade de obtenção de mascotes de alta qualidade, com vida útil compatível com uso recorrente e capacidade de cumprir a finalidade institucional de acolhimento, mobilização e comunicação com o público infantil e familiar.

A tabela a seguir tem por finalidade padronizar, tornar objetiva e dar rastreabilidade ao procedimento de avaliação das amostras e do portfólio apresentados pelo licitante provisoriamente vencedor, conforme previsto no Termo de Referência. Considerando o histórico municipal de aquisição anterior com resultado insatisfatório e a elevada variabilidade de padrões ofertados no mercado, a adoção de critérios previamente definidos busca assegurar que o produto final atenda ao interesse público, especialmente quanto à qualidade estética e à fidelidade às referências de alta qualidade compiladas no Anexo II do TR, bem como ao memorial visual de cada personagem, além de requisitos mínimos de segurança, ergonomia, durabilidade e manutenção. A Comissão de Avaliação de Amostras e Portfólio deverá aplicar os critérios abaixo de forma uniforme, registrando em ata o resultado de cada item, de modo a subsidiar decisão administrativa com transparência e segurança jurídica.

Metodologia de pontuação: Para cada critério, a Comissão deverá assinalar o nível de atendimento, atribuindo a pontuação correspondente ao peso do item: atende integralmente (100% do peso), atende parcialmente (50% do peso) ou não atende (0% do peso). A pontuação obtida será calculada pela fórmula: peso x fator de atendimento, em que o fator é 1,0 para integral, 0,5 para parcial e 0 para não atende. A aprovação exigirá pontuação mínima total equivalente a 85% do somatório dos pesos, observados os critérios e condições definidos no TR.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

1

Critérios objetivos de avaliação de amostras e portfólio (Comissão)

Nº	Bloco	Critério objetivo a avaliar	Como comprovar (o que pontua)	Aplicação (Amostra/Portfólio)	Peso (P)	Resultado (Integral/Parcial/Não)	Fator (1 / 0,5 / 0)	Pontuação obtida (P x fator)
1	Estética e fidelidade	Similaridade com referências do Anexo II do TR (padrão premium)	Aparência geral e padrão visual equivalentes às referências do Anexo II, sem aspecto de fantasia simples ou frágil	Amostra	10			
2	Estética e fidelidade	Conformidade ao memorial visual do personagem	Reproduz cores, proporções e elementos obrigatórios, sem descaracterização relevante	Amostra	9			
3	Estética e fidelidade	Qualidade estética global (fotogenia e leitura à distância)	Boa leitura do personagem em fotos e a 5–10 m, com carisma e acabamento limpo	Amostra	6			
4	Estética e fidelidade	Acabamento externo geral	Ausência de fios soltos, emendas grosseiras, cola aparente, rebarbas, manchas e falhas visíveis	Amostra	7			
5	Estética e fidelidade	Simetria e alinhamento (face e elementos principais)	Olhos, boca, orelhas e elementos faciais alinhados, sem assimetria evidente	Amostra	5			
6	Estética e fidelidade	Harmonia e uniformidade de cores	Cores consistentes, sem variações gritantes entre partes equivalentes	Amostra	4			
7	Estética e fidelidade	Qualidade aparente dos materiais externos	Tecido/pelagem com aspecto uniforme e premium, sem aparência rala ou “barata”	Amostra	5			
8	Estética e fidelidade	Acessórios e detalhes (acabamento e integração)	Acessórios firmes, bem integrados, sem poluição visual e com acabamento compatível	Amostra	4			
9	Segurança e uso público	Segurança do público e do usuário (ausência de riscos)	Sem pontas/arestas rígidas expostas; sem partes que se soltem facilmente; sem componentes perigosos	Amostra	5			
10	Segurança e uso público	Estabilidade para caminhar	Marcha estável; pés/solado adequados; ausência de instabilidade relevante	Amostra	5			
11	Ergonomia	Vestibilidade e ajustes internos	Veste e remove com segurança; ajuste interno adequado; conforto geral	Amostra	4			
12	Ergonomia	Mobilidade do usuário	Permite acenar, interagir, girar tronco e abaixar moderadamente sem travar	Amostra	4			
13	Ergonomia	Visibilidade funcional	Campo de visão suficiente para deslocamento seguro em ambiente com público	Amostra	4			
14	Ergonomia	Ventilação e conforto térmico	Presença de ventilação funcional; conforto em teste mínimo de uso	Amostra	4			
15	Construção	Robustez de costuras e reforços	Costuras firmes e reforçadas em pontos de tração e atrito	Amostra	4			



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

Nº	Bloco	Critério objetivo a avaliar	Como comprovar (o que pontua)	Aplicação (Amostra/Portfólio)	Peso (P)	Resultado (Integral/Parcial/Não)	Fator (1 / 0,5 / 0)	Pontuação obtida (P x fator)
16	Construção	Fixação de elementos e acessórios	Elementos faciais e acessórios não se desprendem com manuseio moderado	Amostra	4			
17	Construção	Estrutura da cabeça e manutenção de forma	Mantém formato, sem deformação relevante ao vestir e movimentar	Amostra	4			
18	Construção	Fechamentos e acabamento interno	Zíper/velcro/fechos robustos e discretos; acabamento interno limpo	Amostra	3			
19	Higienização	Limpeza e resistência à higienização básica	Permite limpeza úmida com produto neutro sem manchar/descolor em condição normal	Amostra	3			
20	Higienização	Manual de conservação e orientações	Manual orienta limpeza, secagem, armazenamento e transporte	Ambos	2			
21	Entregáveis	Bolsa/case para transporte e armazenamento	Bolsa/case resistente, com fechamento e tamanho compatível	Amostra	2			
22	Entregáveis	Kit de pequenos reparos ou solução equivalente	Disponibiliza kit mínimo ou orientação/itens para manutenção	Ambos	1			
23	Portfólio	Qualidade estética comprovada em portfólio	Fotos reais demonstram padrão premium similar ao Anexo II	Portfólio	7			
24	Portfólio	Similaridade de complexidade e porte	Evidência de itens com volumes, detalhes e nível de complexidade comparáveis	Portfólio	4			
25	Portfólio	Consistência de acabamento (vários trabalhos)	Conjunto de exemplos mantém padrão estável, não apenas caso isolado	Portfólio	4			
26	Portfólio	Capacidade de personalização conforme referência	Evidência de execução conforme briefing/referência, com fidelidade visual	Portfólio	4			
27	Portfólio	Evidência de uso em eventos (padrão profissional)	Portfólio indica aplicação em eventos/campanhas/escolas com padrão profissional	Portfólio	2			
28	Prazo e logística	Viabilidade de produção e entrega	Informações do portfólio/proposta indicam capacidade de cumprir cronograma	Portfólio				

**A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?**

Sim (x) (justificar)

Não () (justificar)

Justifica-se porque se trata, em regra, de fornecimento de bens comuns presentes no mercado, usualmente ofertados por empresas de pequeno porte do comércio varejista e atacadista, sendo compatível com a participação desse segmento, o que favorece a competitividade, amplia a disputa e pode estimular o desenvolvimento econômico local e regional, sem prejuízo da obtenção da proposta mais vantajosa, desde que mantidos padrões mínimos de qualidade e condições de entrega adequadas ao interesse público..

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim (x)

Não () (justificar)

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (x)

Não () (justificar)

Da vedação à subcontratação

Quanto à vedação à subcontratação, a opção se justifica porque o objeto consiste em fornecimento de bens comuns, com entrega parcelada conforme requisições do Departamento de Cultura, exigindo controle direto sobre a origem, a qualidade, a padronização mínima, os prazos e a rastreabilidade dos itens fornecidos. Admitir subcontratação ampliaria o número de agentes envolvidos na cadeia de fornecimento, reduzindo a transparência e dificultando a responsabilização objetiva do contratado perante a Administração, além de elevar o risco de divergências de especificação, variação de padrões de qualidade entre lotes, atrasos por dependência de terceiros e problemas de logística e garantia. No caso concreto, a execução adequada depende de previsibilidade e uniformidade no atendimento, bem como de comunicação ágil com um único responsável pela entrega e pela solução de eventuais inconformidades, de modo a preservar a eficiência administrativa, a segurança do recebimento e a efetividade das atividades culturais. Assim, a vedação se mostra proporcional e adequada ao interesse público, reforçando a governança contratual e a capacidade de fiscalização, sem restringir indevidamente a competitividade, já que o mercado dispõe de fornecedores com aptidão para executar diretamente o fornecimento.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

Quanto à não adesão à ata de registro de preços, a decisão se fundamenta na necessidade de garantir aderência integral do objeto às especificidades do uso cultural municipal, considerando a diversidade de itens, variação de cores, gramaturas, acabamentos e compatibilidades técnicas dos materiais, bem como a necessidade de entregas fracionadas, ágeis e ajustadas à realidade operacional de Dois Vizinhos. Em regra, atas de terceiros são estruturadas para atender demandas e padrões de órgãos distintos, com catálogos, marcas, especificações, condições de entrega e critérios de aceitação que podem não corresponder às necessidades concretas do Departamento



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

de Cultura, gerando risco de fornecimento inadequado, dificuldade de substituição e menor controle sobre padrões mínimos de qualidade. Além disso, a Administração deve demonstrar vantajosidade efetiva e compatibilidade plena para justificar a adesão, o que, para este objeto, tende a ser mais difícil em razão da heterogeneidade dos itens e da importância do ajuste fino das especificações e da logística de atendimento. Dessa forma, a realização de procedimento próprio pelo Município permite definir com precisão o escopo, os padrões de qualidade, as regras de entrega e recebimento, e as condições de execução alinhadas ao planejamento local, ampliando o controle, a competitividade e a segurança jurídica, e reduzindo riscos de inadequação e descontinuidade das atividades culturais.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

O parcelamento do objeto será adotado como estratégia de planejamento para assegurar maior competitividade, obtenção da proposta mais vantajosa e mitigação de riscos de qualidade, considerando que o mercado de fantasias tipo mascote apresenta elevada variabilidade de padrões e que a experiência municipal anterior evidenciou a possibilidade de recebimento de produto aquém do nível estético e construtivo desejado. Assim, o parcelamento não tem por finalidade fracionar a entrega de um mesmo mascote em partes, o que poderia comprometer acabamento, padronização e responsabilização do fornecedor, mas sim organizar a contratação por itens conforme a natureza do personagem e a necessidade de uniformidade estética entre mascotes que compõem um mesmo conjunto temático.

Nessa conformação, cada fantasia deverá ser entregue completa, como unidade funcional indivisível, incluindo cabeça, corpo, mãos, pés, acessórios e itens complementares previstos no Termo de Referência, de modo que a integralidade do produto e a responsabilidade do contratado permaneçam claras e plenamente verificáveis no recebimento. O parcelamento ocorrerá entre tipos distintos de mascote, permitindo que fornecedores com capacidade comprovada para determinados modelos participem do certame sem a necessidade de assumir a produção de todos os personagens, o que tende a ampliar a concorrência e reduzir risco de elevação de preços por barreira de entrada.

Para personagens individualizados, cuja execução não depende de padronização com outros itens, a adjudicação poderá ocorrer por item, a exemplo de mascotes específicos e singulares. Já para personagens que integram um mesmo universo visual e serão utilizados de forma combinada em eventos, a contratação será estruturada por conjunto, reunindo os mascotes correlatos no mesmo item, de modo a assegurar unidade estética, coerência de acabamento, uniformidade de proporções e identidade visual compatível entre si. Essa organização por conjunto é relevante para evitar disparidade de estilo, materiais e acabamento que possa prejudicar a percepção do público e comprometer o resultado institucional, especialmente em ações em que os personagens atuam simultaneamente e são registrados em fotografias e materiais de divulgação.

Do ponto de vista técnico e operacional, esse modelo de parcelamento permite conciliar duas necessidades igualmente relevantes ao interesse público: de um lado, maximizar a competitividade e ampliar o número de potenciais proponentes quando os itens são independentes; de outro, preservar a padronização e a linha estética quando os mascotes devem operar como conjunto temático. Do ponto de vista financeiro, a adjudicação por itens e conjuntos, conforme o caso, viabiliza maior racionalidade na



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

disputa e aumenta a probabilidade de obtenção de melhor relação custo-benefício, evitando tanto a concentração indevida do certame quanto a contratação fragmentada que gere incompatibilidades estéticas. Do ponto de vista jurídico, o parcelamento é motivado por critérios técnicos e pela busca da proposta mais vantajosa, sem descaracterizar a unidade de fornecimento de cada mascote, que permanecerá indivisível e entregue completa, resguardando a integridade do objeto, a fiscalização e o recebimento.

Por fim, o parcelamento será harmonizado com os mecanismos de garantia de qualidade previstos no Termo de Referência, incluindo avaliação de amostras e análise de portfólio por comissão designada, com critérios objetivos e referência obrigatória ao Anexo II, de modo a assegurar que, independentemente da adjudicação por item ou por conjunto, o padrão estético e construtivo exigido seja efetivamente atendido.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

A estimativa de quantidade foi estruturada para atender, de forma realista e suficiente, o calendário anual de ações institucionais e educativas voltadas ao público infantil e às famílias, considerando a necessidade de diversidade de personagens do imaginário infantil, alternância de uso (evitando desgaste prematuro por repetição do mesmo traje), adequação temática às diferentes datas comemorativas e a possibilidade de uso simultâneo em mais de uma frente de atuação (por exemplo, atividades escolares, campanhas públicas, desfiles e eventos municipais). Essa diversidade amplia o potencial de engajamento e renovação do interesse das crianças, além de permitir que a Administração componha “núcleos temáticos” por ocasião de eventos específicos (ex.: Páscoa, Dia das Crianças, Natal, programações culturais e ações itinerantes).

No dimensionamento constante do DFD, optou-se por previsão unitária por item, compatível com o caráter de uso rotativo e institucional das mascotes, com entrega integral da fantasia por personagem, e, quando aplicável, a aquisição por conjunto temático para preservar unidade estética e padronização entre personagens correlatos (por exemplo, conjuntos como Patrulha Canina, Minions, Mickey e Minnie), todos com quantidade prevista de 1 (uma) unidade por item/conjunto. Essa lógica está refletida na relação de materiais do próprio documento, na qual se observam itens individualizados (ex.: Galinha Pintadinha, Peppa Pig, Sonic, Olaf, entre outros) e itens em formato de conjunto (ex.: Minions, Mickey e Minnie, Patrulha Canina), todos com Qtde 1, compondo a estimativa global do objeto e seu valor total estimado.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021):

A estimativa do valor da contratação foi fixada em R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) a partir de pesquisa de mercado e consolidação dos valores referenciais por item, considerando a diversidade de personagens e conjuntos previstos, a necessidade de entrega de fantasias completas (corpo inteiro) e, principalmente, o padrão elevado de qualidade estética e construtiva exigido para uso institucional em eventos com grande circulação de público e interação direta com crianças.

Para conferir maior confiabilidade ao orçamento, adotou-se metodologia com múltiplas referências, contemplando: (i) consultas a preços praticados em contratações públicas similares, quando disponíveis, para aferição de parâmetros compatíveis com o setor público; (ii) levantamentos em sítios eletrônicos de fornecedores e marketplaces, com cautela quanto à grande variabilidade entre produtos de baixo padrão e itens profissionais; e (iii) análises comparativas entre faixas de preço e características ofertadas, de modo a evitar que o orçamento fosse influenciado por ofertas que, embora mais baratas, não atendem ao nível de acabamento, durabilidade, ergonomia e fidelidade estética pretendidos.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

Como premissa central, a estimativa considera que mascotes de alta qualidade possuem custo significativamente superior aos modelos simplificados, em razão de materiais, estrutura interna, acabamento, conforto do usuário, segurança operacional e capacidade de manter forma e aparência premium ao longo do uso repetido. Dessa forma, o valor estimado foi dimensionado para ser compatível com a finalidade pública do objeto e para reduzir o risco de contratações que resultem em produtos inadequados, com baixa vida útil e necessidade de substituições precoces, o que comprometeria a economicidade no ciclo de vida e a efetividade das ações institucionais.

O valor estimado tem natureza referencial e orienta o planejamento e a análise de vantajosidade, podendo o resultado do certame apresentar variações para mais ou para menos, desde que respeitados os requisitos técnicos, os mecanismos de validação de qualidade previstos no Termo de Referência (incluindo amostras e avaliação de portfólio) e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021)

Risco identificado	Causa provável	Impacto (financeiro/técnico/operacional/jurídico)	Probabilidade	Medidas preventivas	Medidas de contingência
Recebimento de mascotes com qualidade estética inferior ao padrão exigido	Mercado com grande variabilidade; proposta baseada em imagens genéricas; dificuldade de aferir estética por descrição	Técnico e operacional: frustração do objetivo de engajamento; dano à imagem institucional; retrabalho	Média	Especificações técnicas e memoriais visuais detalhados; referências do Anexo II; exigência de amostra e portfólio; checklist e comissão de avaliação	Reprovação da amostra; desclassificação e convocação do próximo; rejeição no recebimento e substituição
Desconformidade com o memorial visual e referências do Anexo II	Interpretação divergente do fornecedor; baixa capacidade de personalização	Técnico: descaracterização do personagem; perda de coerência em eventos	Média	Memorial visual por item/conjunto; critérios objetivos de similaridade; validação por amostra antes da contratação/assinatura	Exigir correção/substituição; rejeitar item; aplicar penalidades conforme edital/contrato
Baixa durabilidade (rasgos, descosturas, descolamento de peças)	Materiais frágeis; costuras sem reforço; uso repetido em eventos	Financeiro: reposição precoce; aumento do custo do ciclo de vida; operacional: indisponibilidade	Média	Requisitos mínimos de construção (reforços, fixações, solado); testes na amostra; garantia e manual de manutenção; recebimento com inspeção	Acionamento de garantia; substituição; reparo corretivo autorizado; sanções por não conformidade
Risco de acidentes com usuário ou público (queda,	Instabilidade do calçado; visibilidade/venti	Operacional e jurídico: lesões; responsabilizaçã	Baixa a média	Crítérios de segurança na amostra	Retirada imediata de uso; substituição do



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Risco identificado	Causa provável	Impacto (financeiro/técnico/operacional/jurídico)	Probabilidade	Medidas preventivas	Medidas de contingência
peças soltas, pontas)	lação insuficiente; acessórios mal fixados	o; interrupção de evento		(estabilidade, fixação, vedação de pontas); checklist; teste de uso; exigência de solado antiderrapante	item; registro e apuração; aplicação de sanções
Atraso na entrega, comprometendo datas comemorativas	Prazo subestimado; produção artesanal; logística de envio	Operacional: prejuízo ao calendário; financeiro: custos indiretos; reputacional	Média	Cronograma realista; cláusulas de prazo e penalidades; priorização por lote conforme calendário; verificação de capacidade no portfólio	Replanejar programação; convocar próximo classificado; aquisição emergencial apenas se cabível e justificada
Baixa competitividade no pregão (poucos licitantes)	Segmento pouco habituado a licitar; exigências excessivas	Financeiro: preços menos vantajosos; risco de fracasso do certame	Média	Edital claro e proporcional; parcelamento por tipo/conjunto; ampla divulgação; exigências de amostra restritas ao vencedor provisório	Readequar edital sem reduzir qualidade mínima; republicar; realizar nova rodada de pesquisa de mercado
Impugnações/recursos por critérios "subjetivos" de estética	Critérios mal definidos; ausência de checklist; referências vagas	Jurídico: atraso; suspensão do certame; risco de nulidade	Média	Transformar estética em critérios objetivos: memorial visual, Anexo II, checklist, pesos e método; comissão e ata circunstanciada	Responder impugnações com motivação técnica; ajustar edital se necessário; manter rastreabilidade documental
Risco de direcionamento por uso de personagens protegidos/licenciamento	Referência a marcas/franquias; exigência de "personagem X"	Jurídico: questionamento, restrição de competitividade, risco de violação de direitos	Média	Descrever como "personagens do imaginário infantil" e estilos genéricos; vedar logotipos/marcas; focar em estética e desempenho	Substituir item por versão genérica; revisar memoriais; adequar edital antes da disputa
Incompatibilidade estética dentro de conjuntos temáticos	Itens adjudicados separadamente para personagens do mesmo conjunto	Técnico: perda de unidade visual; impacto em fotos e percepção do público	Média	Parcelamento por conjunto quando necessário; memorial visual integrado; exigir uniformidade de	Reprovar conjunto na amostra; exigir substituição do lote/conjunto completo



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Risco identificado	Causa provável	Impacto (financeiro/técnico/operacional/jurídico)	Probabilidade	Medidas preventivas	Medidas de contingência
				acabamento entre integrantes	
Divergência entre amostra aprovada e produto entregue (lote final inferior)	Amostra “caprichada” e entrega final reduzida	Técnico e financeiro: produto recebido inferior; litigiosidade	Baixa a média	Vincular amostra ao contrato (a amostra integra o padrão de referência); inspeção rigorosa no recebimento; fotos prévias do produto final	Rejeição no recebimento; substituição integral; aplicação de sanções e garantia
Falhas na higienização e surgimento de mofo/odor	Materiais inadequados; ausência de manual; armazenamento incorreto	Operacional: inviabiliza uso; risco sanitário; reposição	Baixa a média	Exigir manual de cuidados; bolsa/case adequada; requisitos de limpeza; orientação interna de armazenamento	Limpeza corretiva; quarentena do item; reparo/substituição de partes
Fragilidade de fiscalização/documentação (risco de questionamento posterior)	Registros incompletos; ausência de atas; critérios aplicados sem rastreabilidade	Jurídico: fragilidade em auditoria; responsabilização	Média	Comissão formal; ata/relatório com tabela de pontuação; registro fotográfico da amostra; termos de recebimento detalhados	Complementação de documentos; diligências internas; reforço de capacitação da equipe

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A solução proposta consiste na disponibilização, para uso institucional do Município de Dois Vizinhos, de um conjunto diversificado de fantasias tipo mascote (corpo inteiro), destinadas a ações em datas comemorativas e eventos públicos, com padrão elevado de qualidade estética, conforto e segurança operacional. A solução, como um todo, não se limita à aquisição física das fantasias, mas envolve a estruturação de um “acervo municipal de mascotes” apto a ser mobilizado ao longo de múltiplos exercícios, por diferentes secretarias e frentes de atuação, com planejamento de uso, conservação e reposição, de forma a maximizar a vida útil e reduzir o custo total de propriedade no ciclo de vida.

No ciclo de vida do objeto, a etapa inicial abrange a seleção de produtos que atendam requisitos técnicos e estéticos previamente definidos em Termo de Referência, com validação por amostra e análise de portfólio, visando reduzir o risco de aquisição de itens de baixa durabilidade e acabamento inferior. Essa validação, aliada a critérios de recebimento provisório e definitivo, integra a solução, pois evita que o Município incorra em custos indiretos de retrabalho, substituição precoce e frustração do objetivo institucional das ações. A solução contempla, portanto, não apenas o fornecimento das fantasias, mas também a obtenção de produtos compatíveis com uso recorrente em



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

ambientes públicos, incluindo deslocamento, interação com crianças e registros fotográficos.

Na fase de operação, o uso dos mascotes pressupõe organização interna para guarda, transporte e controle de utilização, com definição de responsáveis por retirada e devolução, registro de ocorrências e verificação de integridade antes e após cada evento. A solução inclui a necessidade de acondicionamento adequado, preferencialmente com bolsa ou case de transporte e armazenamento, a fim de reduzir danos por umidade, poeira e deformações, bem como o cumprimento das orientações de conservação do fabricante. Em termos de custos operacionais, devem ser considerados gastos recorrentes de baixo impacto, relacionados a limpeza, materiais simples de manutenção e logística de transporte para eventos, especialmente quando houver programação itinerante em escolas, praças e comunidades.

Quanto à manutenção, a solução prevê a adoção de rotinas de higienização compatíveis com o uso repetido, com limpeza após eventos e períodos de arejamento, além de inspeções periódicas para identificação de desgaste em costuras, fechos, fixações de acessórios e solados. Deve-se considerar, no planejamento, a necessidade de pequenos reparos corretivos ao longo do tempo, como reforço de costuras, substituição de elementos de fixação e recuperação de partes que sofram desgaste por atrito. Para reduzir custos e tempo de indisponibilidade, a solução contempla a previsão de kit básico de reparos ou alternativa equivalente, bem como garantia contra defeitos de fabricação, a ser acionada em hipóteses de falha prematura não decorrente de mau uso.

No que se refere a necessidades futuras, a solução considera a possibilidade de reposição de componentes sujeitos a maior desgaste, como luvas e pés/calçados, além de acessórios temáticos que podem sofrer dano em uso intenso. Também se considera que, ao longo do tempo, alguns mascotes poderão demandar atualização estética pontual, para manter padrão visual compatível com a estratégia de comunicação e com a expectativa do público, especialmente em itens que atuam como “personagens âncora” das datas comemorativas. Essa necessidade deve ser tratada com planejamento anual, priorizando manutenção preventiva e evitando substituições integrais desnecessárias.

Em relação à atualização do acervo, a solução é escalável, permitindo que o Município amplie ou substitua personagens conforme mudança de calendário, estratégia de campanhas ou necessidade de renovação do interesse do público infantil. Essa característica é relevante para preservar a efetividade do engajamento, pois a repetição contínua dos mesmos personagens, sem alternância, tende a reduzir o impacto ao longo dos anos. Assim, a solução prevê que o acervo seja gerido como patrimônio de uso recorrente, com avaliação periódica de desempenho, estado de conservação e aderência aos objetivos institucionais.

Por fim, quanto ao descarte final, embora a expectativa seja de uso prolongado, deve-se considerar que, ao final da vida útil, as fantasias poderão apresentar degradação de materiais têxteis, espumas e componentes sintéticos. A solução inclui a necessidade de descarte ambientalmente adequado, com segregação de resíduos quando possível e encaminhamento a coleta seletiva ou destinação conforme as rotinas municipais, evitando descarte irregular. Sempre que viável, recomenda-se priorizar reaproveitamento de partes não contaminadas para manutenção de outros itens, ou doação para fins educativos internos, quando o estado permitir e não houver risco sanitário, observadas as normas municipais aplicáveis.

Em síntese, a solução como um todo consiste na implantação e manutenção de um acervo municipal de mascotes de alta qualidade, com mecanismos de validação na aquisição, rotinas de operação e conservação, planejamento de manutenção e reposição de partes críticas, possibilidade de atualização gradual do conjunto de



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

personagens e destinação final adequada, assegurando que o investimento público produza resultados contínuos em engajamento infantil, fortalecimento comunitário e efetividade das ações institucionais ao longo do tempo.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Requisitos de entrega dos produtos:

- a) Os produtos deverão ser entregues novos, sem uso, em perfeitas condições, isentos de defeitos, rasgos, manchas, mofo, odores, deformações, ferrugem, quebras ou quaisquer avarias que comprometam sua utilização;
- b) Os produtos devem ser entregues lacrados, com embalagem íntegra e proteção adequada contra danos;
- c) As entregas deverão ocorrer no Município de Dois Vizinhos, em local indicado pelo Departamento de Cultura, dentro do horário de expediente, mediante agendamento prévio com o fiscal do contrato.
- d) É obrigatória a entrega das notas fiscais correspondentes, contendo a identificação completa dos itens.
- e) O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme requisições formais emitidas pelo Departamento de Cultura, com indicação dos itens, quantidades, unidades de fornecimento e características necessárias.
- f) Todos os itens serão conferidos pela equipe técnica no ato da entrega para verificação de conformidade com as especificações.
- g) Produtos entregues em desacordo, com defeitos ou divergências deverão ser substituídos imediatamente, sem ônus para a Administração.
- h) O fornecedor deve assegurar transporte adequado, garantindo que nenhum item sofra danos durante o deslocamento.
- i) Itens entregues em desconformidade com as especificações, com divergência de cor, composição, medida, unidade de fornecimento, marca ou padrão de qualidade, ou com defeitos, deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional, no prazo a ser definido no Termo de Referência, contado da notificação formal.
- j) Não será admitida substituição de itens por similares ou equivalentes sem autorização prévia e expressa do fiscal, com justificativa técnica e comprovação de equivalência, quando cabível.
- k) O transporte, a carga e a descarga dos materiais serão de responsabilidade da contratada, incluindo a organização dos volumes no local de entrega indicado.
- l) A contratada deverá assegurar que os produtos sejam entregues em condições adequadas de higiene e conservação, protegidos contra poeira, umidade e intempéries durante o transporte.
- m) O recebimento e a aceitação dos produtos não eximem a contratada de responsabilidade por vícios, defeitos ou divergências constatadas posteriormente, observado o disposto contratual aplicável.
- n) Em caso de urgência justificada pelo Departamento de Cultura, relacionada à continuidade de atividade programada, a contratada deverá emendar esforços para atendimento prioritário de itens críticos, respeitadas as condições do contrato.
- o) A entrega deverá incluir, obrigatoriamente, bolsa ou case de transporte e armazenamento compatível com o porte da mascote, com fechamento e material resistente, destinada a proteger o item contra poeira, umidade e deformações.

Requisitos de julgamento da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar:



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

- p) Amostra do produto.
- q) A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, catálogo/portfólio com registros fotográficos de mascotes já produzidos/fornecidos, para avaliação pela Comissão de Avaliação de Amostras e Portfólio, conforme critérios previstos no Termo de Referência e referências do Anexo II.

Documentação de Habilitação exigida:

- r) Atestado de Capacidade Técnica
- s) Qualificação Econômico-financeira: Balanços Patrimoniais dos últimos 2 (dois) anos, índices financeiros (SG, LG, LC) dos últimos 2(dois) anos;
- t) certidão negativa de falência.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021)

As exigências previstas para julgamento da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar e para habilitação técnica e econômico-financeira se justificam pela necessidade de resguardar o interesse público e mitigar riscos relevantes inerentes ao objeto, que envolve fornecimento de fantasias tipo mascote de alto padrão estético e construtivo, destinadas a uso institucional com interação direta com crianças e público em geral, em eventos e datas comemorativas. Embora o quantitativo por item seja reduzido, a complexidade do produto, a finalidade pública e o histórico municipal de aquisição anterior com resultado aquém do esperado demonstram que a mera análise documental de proposta e preço não é suficiente para assegurar a entrega de itens compatíveis com o padrão de qualidade pretendido.

A exigência de amostra do produto, restrita ao licitante provisoriamente vencedor, é medida indispensável para verificar, de forma objetiva, atributos que não se comprovam adequadamente apenas por descrição ou imagens comerciais, como acabamento externo, simetria, fidelidade estética ao memorial visual e às referências do Anexo II, robustez de costuras, fixação de acessórios, segurança operacional, estabilidade para caminhar, visibilidade e ventilação, além da percepção de qualidade premium necessária para uso institucional e registro fotográfico em eventos. Trata-se de mecanismo de validação que reduz o risco de recebimento de produto inferior, evita prejuízos decorrentes de substituições e retrabalhos e assegura maior previsibilidade de resultados, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, que admite a exigência de amostra ou prova de conceito para avaliação do objeto, desde que prevista no edital e aplicada com proporcionalidade.

A apresentação de catálogo/portfólio com registros fotográficos de mascotes já produzidos/fornecidos também se justifica como instrumento de avaliação da capacidade técnica do fornecedor para alcançar o padrão estético e construtivo exigido, considerando que o mercado do objeto é marcado por grande heterogeneidade e por fornecedores que atuam com diferentes níveis de profissionalização. O portfólio permite aferir, de maneira comparativa e objetiva, a consistência de acabamento, a qualidade visual, a capacidade de personalização conforme referências e a experiência prática do licitante na execução de produtos similares, servindo como elemento complementar à amostra e fortalecendo a segurança da decisão administrativa, sobretudo porque a Administração adotará referências de qualidade no Anexo II e critérios objetivos



previamente definidos no Termo de Referência, com avaliação por comissão designada e registro formal dos resultados.

A exigência de atestado de capacidade técnica, ainda que a quantidade de cada item seja reduzida, é proporcional e necessária para evidenciar que o licitante possui experiência prévia em fornecer mascotes ou produtos de natureza equivalente, com complexidade compatível, garantindo que a execução não se dará por tentativa, improvisação ou por fornecedor sem histórico suficiente para atender a requisitos rigorosos de estética, segurança e durabilidade. Nessa contratação, a falha de execução gera impacto direto na efetividade das ações institucionais e pode implicar riscos operacionais e reputacionais, razão pela qual a comprovação mínima de aptidão técnica é adequada para reduzir a probabilidade de inadimplemento qualitativo, preservando a seleção da proposta mais vantajosa no ciclo de vida.

A qualificação econômico-financeira, por meio de balanços patrimoniais dos últimos dois anos e cálculo de índices de solvência e liquidez (SG, LG e LC), bem como a exigência de certidão negativa de falência, se justificam pela necessidade de assegurar que o contratado possui condições econômicas mínimas para produzir e entregar produtos personalizados de maior valor unitário e com exigência de qualidade elevada, suportando custos de materiais, mão de obra, eventuais retrabalhos e obrigações de garantia, sem risco relevante de interrupção por incapacidade financeira. Embora o objeto não seja de execução continuada, a fragilidade econômico-financeira do fornecedor pode resultar em atrasos, descumprimentos, entregas inferiores ao padrão, ou mesmo inviabilizar substituições e correções dentro dos prazos necessários ao calendário de eventos, aumentando custos administrativos e comprometendo o interesse público. Assim, as exigências de qualificação e de inexistência de falência atuam como salvaguardas proporcionais para reduzir risco de contratação de empresa incapaz de cumprir o contrato com a qualidade e a tempestividade requeridas.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

No caso desta contratação, os potenciais impactos ambientais decorrem, principalmente, da cadeia produtiva de materiais têxteis e sintéticos utilizados em fantasias tipo mascote (tecidos, espumas, polímeros e colas), do consumo de recursos associado à fabricação e ao transporte, da geração de resíduos de embalagem e de refugos de produção, bem como da necessidade de limpeza e conservação ao longo do uso, que pode demandar água e produtos de higienização. Embora não se trate de aquisição de equipamento tipicamente intensivo em energia durante a operação, há riscos ambientais indiretos relevantes, especialmente quando o produto possui baixa durabilidade, pois a substituição precoce aumenta a geração de resíduos e o consumo de matérias-primas. Por essa razão, a mitigação deve priorizar a durabilidade, a reparabilidade e a manutenção adequada, reduzindo o descarte antecipado e o custo ambiental no ciclo de vida.

Quanto a requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, a aplicabilidade é parcial: a fantasia em si não consome energia, porém podem existir componentes acessórios de ventilação ativa ou iluminação (quando previstos no Termo de Referência), que utilizam baterias recarregáveis e carregadores. Nessa hipótese, é pertinente exigir soluções de baixo consumo energético, com ventiladores eficientes e iluminação de baixa potência, priorizando recarga em detrimento de pilhas descartáveis, além de orientar uso racional durante os eventos. No tocante ao consumo de outros recursos, é aplicável estabelecer requisitos que reduzam o consumo de água e insumos na manutenção, por exemplo por meio de materiais que permitam limpeza úmida com baixa necessidade de lavagem pesada e que tolerem higienização sem degradação prematura.



No que se refere à logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, a aplicabilidade deve ser tratada com precisão. Para a fantasia, enquanto bem composto majoritariamente por têxteis, espumas e polímeros, não há um sistema legal específico de logística reversa obrigatório, como ocorre com categorias reguladas. Contudo, a contratação pode, de forma proporcional, exigir que o fornecedor providencie a destinação ambientalmente adequada das embalagens utilizadas na entrega e, quando houver fornecimento de componentes sujeitos a logística reversa regulada, como pilhas/baterias, que sejam observadas as regras e canais de devolução correspondentes. Assim, a logística reversa é aplicável de maneira objetiva para embalagens e, quando houver, para pilhas/baterias e seus componentes correlatos; para o restante do conjunto, recomenda-se previsão de orientação de descarte e de possibilidades de reaproveitamento e reparo, mitigando a geração de resíduos no final da vida útil.

Critérios de sustentabilidade a serem exigidos no Termo de Referência

- Exigir materiais externos e internos com resistência comprovada ao uso recorrente, com foco em maior vida útil, a fim de reduzir substituições precoces e geração de resíduos.
- Priorizar, quando disponível, materiais com conteúdo reciclado e/ou recicláveis, sem prejuízo do padrão estético e da segurança.
- Exigir manual de uso e conservação com orientações de limpeza, secagem, arejamento e armazenamento, visando reduzir consumo de água e produtos de limpeza e evitar mofo/odor.
- Exigir embalagem adequada ao transporte, porém com redução de excesso de materiais, priorizando papelão reciclável e limitando plástico descartável ao estritamente necessário para proteção.
- Exigência de itens novos e originais de fábrica.
- Adequação às normas técnicas e ambientais aplicáveis.
- Preferência por itens com menor impacto ambiental no descarte.
- Seleção de produtos que apresentem menor probabilidade de substituição precoce.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

Os resultados pretendidos com a contratação consistem em elevar, de forma mensurável e percebida pela população, a efetividade das ações institucionais do Município de Dois Vizinhos em datas comemorativas e eventos públicos, por meio do aumento do engajamento do público infantil e da ampliação da participação das famílias nas programações promovidas pelo Poder Público. Busca-se qualificar a experiência dos eventos e campanhas, tornando-os mais atrativos, acolhedores e comunicativamente eficazes, com linguagem compatível com a infância e com capacidade de mobilizar atenção, permanência e interação do público em ambientes abertos e de grande circulação.

Pretende-se, ainda, assegurar que o Município disponha de um acervo de mascotes com padrão elevado de qualidade estética e construtiva, adequado a uso institucional recorrente, com fidelidade aos memoriais visuais e às referências de qualidade estabelecidas, garantindo boa apresentação em registros fotográficos, desfiles, campanhas e ações itinerantes em escolas e espaços públicos. Esse resultado envolve reduzir a ocorrência de produtos inadequados ou de baixa durabilidade, evitando substituições precoces, retrabalhos e desperdício de recursos, de modo a melhorar a relação custo-benefício no ciclo de vida e preservar a imagem institucional em ações voltadas ao público infantil.



No plano operacional, almeja-se aumentar a capacidade de mobilização e execução de atividades simultâneas e integradas entre secretarias, especialmente Educação e Cultura, ampliando o alcance territorial das ações e possibilitando a realização de abordagens lúdicas em campanhas, desfiles, eventos temáticos e atividades educativas. Também se pretende padronizar e dar previsibilidade aos resultados de qualidade, por meio de critérios objetivos de avaliação, exigência de amostras e análise de portfólio por comissão, permitindo seleção mais segura da proposta mais vantajosa.

Como efeitos esperados, a contratação deverá resultar em maior presença de público nas atividades, maior interação do público infantil com as ações promovidas, aumento da produção de registros e materiais de divulgação com qualidade visual compatível com o padrão institucional e fortalecimento do sentimento de pertencimento comunitário associado às datas comemorativas e eventos municipais. De forma indireta, espera-se contribuir para a valorização do espaço público como ambiente de convivência, para o reforço de vínculos familiares e comunitários e para a ampliação do alcance de mensagens institucionais dirigidas à infância, com resultados positivos na percepção social sobre as políticas públicas municipais.

12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021)

O regime de fornecimento será por entrega dos itens conforme solicitação da Administração e de acordo com os empenhos emitidos para cada item contratado. A entrega deverá ocorrer no endereço indicado pelo Departamento de Cultura, em data e horário previamente definidos, observando-se o prazo estabelecido no edital para cada solicitação. Cada item deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionado, acompanhado de todos os acessórios, garantias, manuais e nota fiscal correspondente. O fornecedor é responsável pelo transporte, descarregamento e pela integridade física dos materiais até o recebimento definitivo. Eventuais divergências entre o item entregue e o especificado deverão ser sanadas imediatamente pelo fornecedor, mediante substituição sem ônus adicional para o Município.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Deverá ser formalizada a Comissão de Avaliação de Amostras e Portfólio, mediante Portaria específica, com designação nominal dos membros e definição de atribuições, garantindo composição compatível com a natureza do objeto e com capacidade de aplicar os critérios previstos no instrumento convocatório. Na sequência, a Administração deverá consolidar o checklist e a matriz de pontuação que serão utilizados na avaliação das amostras e do portfólio, assegurando que os critérios sejam objetivos, verificáveis e vinculados ao Termo de Referência, com definição expressa do percentual mínimo de aprovação, de forma a resguardar a transparência, a isonomia e a rastreabilidade da decisão, não foram vislumbradas outras necessidades de providências específicas, ademais, a gestora, fiscais e suplente designadas para o contrato são servidoras experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Leda Maria Ferrari
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Gilvana Fatima Schmoeller
Fiscal Técnico:	Não há necessidade



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Suplentes:

Jailene Dal Bosco

- A manifestação de ciência da gestora e fiscais se dará pela assinatura deste ETP.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

A política cultural municipal caracteriza-se por sua natureza transversal e pela integração de diversas ações, atividades e profissionais que atuam de forma simultânea e complementar. No âmbito do Departamento de Cultura, nenhuma oficina, apresentação ou evento ocorre de maneira isolada. Cada iniciativa depende de um conjunto amplo de processos, materiais, serviços e estruturas que se inter-relacionam e que formam um ecossistema cultural único, cuja eficácia depende do funcionamento conjunto de todas essas partes. Essa interdependência é uma característica estrutural da política cultural e influencia diretamente o resultado final das ações desenvolvidas.

As contratações correlatas e/ou interdependentes devem ser compreendidas a partir do ecossistema de execução das ações culturais do Município, no qual a disponibilidade de fantasias se conecta a outras frentes de contratação e de suprimento que, em conjunto, viabilizam a prestação do serviço público cultural com qualidade, regularidade e segurança. Também há interdependência operacional com eventuais contratações de serviços de recreação, animação cultural, oficineiros e apoio a eventos, quando previstos na programação municipal, pois as mascotes tendem a atuar como elemento de mediação lúdica junto a atividades conduzidas por equipes de eventos, educadores e agentes culturais. Embora as mascotes possam ser operadas por servidores, a efetividade das ações pode envolver apoio de equipes específicas para organização de intervenções, condução de brincadeiras, roteirização de desfiles, controle de fluxo e segurança do público, especialmente em eventos com grande circulação de crianças.

Ainda, podem ser correlatas contratações de comunicação institucional e materiais gráficos, fotografia e filmagem, pois a finalidade do objeto inclui impacto estético e registros para divulgação, campanhas e memória institucional. A disponibilidade de mascotes com padrão premium amplia a necessidade e a oportunidade de utilização em peças de comunicação e campanhas temáticas, sendo pertinente considerar o alinhamento com ações de mídia e registros.

Há, por fim, correlação com eventuais aquisições de insumos de manutenção e conservação, ainda que de pequeno vulto, como materiais de limpeza apropriados, itens de costura e pequenos reparos, além de capas, suportes ou cases adicionais para armazenamento, caso se identifique necessidade ao longo do uso. Tais itens não configuram interdependência jurídica para a contratação principal, mas constituem providências complementares para preservação do ciclo de vida do acervo e para redução de custos futuros com reposições.

Em síntese, a presente aquisição se relaciona com as contratações de infraestrutura e serviços de eventos, com ações e serviços que compõem a dinâmica de atividades recreativas e educativas, com a comunicação institucional e com insumos de manutenção e conservação, sendo recomendável que essas frentes sejam consideradas de forma integrada no planejamento anual, a fim de maximizar os resultados pretendidos e assegurar a utilização adequada dos mascotes em diferentes contextos de atuação municipal.

15. ALINHAMENTO COM O PCA (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

A presente contratação, está alinhada com o PCA 2025, conforme detalhamento a seguir:



- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000002/2026
 II) Data de publicação no PNCP: 19/5/2025, atualização: 16/10/2025
 III) Id do item no PCA: 10255
 IV) Classe/Grupo: 8415
 V) Identificador da Futura Contratação: 987541-113/2026

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☐ Global
☐ Lote(s) de Itens
☒ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
☐ Bens e serviços especiais
☐ Serviço comum de engenharia
☐ Serviço especial de Engenharia

Os itens desta contratação caracterizam-se como bens comuns, uma vez que se tratam de fantasias tipo mascote (corpo inteiro) cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva no Termo de Referência, por meio de especificações técnicas, memoriais visuais, critérios de aceitação e requisitos verificáveis de acabamento, ergonomia, segurança, durabilidade, higienização e conformidade estética, permitindo comparação entre propostas em condições isonômicas e julgamento objetivo, sem depender de solução singular ou de projeto intelectual exclusivo, sendo viável a seleção da proposta mais vantajosa por pregão eletrônico, com validação por amostra e análise de portfólio conforme critérios previamente estabelecidos.

- ☐ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
☐ Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
☒ Serviços e fornecimentos não contínuos ou contratados por escopo
☐ Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

A decisão de não exigir garantia da contratação se justifica porque o objeto consiste no fornecimento de bens comuns, com ampla oferta no mercado e baixo grau de complexidade técnica, cujo risco principal é controlável por mecanismos ordinários de gestão contratual, como especificações objetivas, regras de entrega parcelada, critérios de recebimento e aceitação, possibilidade de rejeição e substituição de itens em desconformidade, e aplicação de sanções por atraso ou inadimplemento. Nessa natureza de fornecimento, a eventual exigência de garantia tende a gerar custo adicional para o contratado, que usualmente é repassado ao preço, sem produzir benefício proporcional ao interesse público, sobretudo quando a Administração pode mitigar riscos de forma mais eficiente por meio de fiscalização efetiva e controles de recebimento, preservando a economicidade e a competitividade.

Adicionalmente, a não exigência contribui para ampliar a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, que compõem parcela relevante do mercado apto ao fornecimento desses itens, evitando a imposição de barreira econômico-financeira que possa restringir a competição sem necessidade demonstrada. Considerando que os riscos de execução podem ser adequadamente administrados com instrumentos contratuais e procedimentais já previstos no Termo de Referência e no contrato, conclui-se que a dispensa de garantia é medida proporcional,



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

alinhada à eficiência administrativa, à busca da proposta mais vantajosa e ao interesse público local.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Conclui-se pela viabilidade da contratação, uma vez que a necessidade pública a ser atendida está claramente caracterizada e vinculada à ampliação da efetividade das ações institucionais voltadas ao público infantil e às famílias em datas comemorativas e eventos do Município de Dois Vizinhos, havendo fundamento técnico, operacional e financeiro para a formação de um acervo de mascotes de alta qualidade e uso recorrente. A análise do mercado demonstrou elevada variabilidade de padrões e riscos concretos de recebimento de itens inadequados quando utilizadas descrições genéricas, razão pela qual o planejamento incorporou especificações técnicas mais robustas, memoriais visuais e referências de qualidade, além de mecanismos objetivos de verificação, como avaliação de amostras e de portfólio por comissão designada, mitigando os principais riscos identificados e assegurando maior previsibilidade de resultados.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021)

Modalidade da licitação: (X) Pregão, (X) Tradicional

Critério de Julgamento: Menor preço

Modo de disputa: aberto

Orçamento não sigiloso

21. FONTE DE RECURSOS

(x) Recursos Próprios

(x) Recursos Estaduais

(x) Recursos Federais

Fonte: 104

Dois Vizinhos, 13 de fevereiro de 2026.

Mateus João Cordeiro Schmoeller de Lima
Agente Administrativo
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 19.494-1



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9348-B55D-F8C8-9F78

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MATEUS JOAO CORDEIRO SCHMOELLER DE LIMA (CPF 102.XXX.XXX-51) em 25/03/2026 16:05:55 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ MATEUS JOAO CORDEIRO SCHMOELLER DE LIMA (CPF 102.XXX.XXX-51) em 25/03/2026 16:06:53 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ GILVANA FATIMA SCHMOLLER (CPF 037.XXX.XXX-06) em 25/03/2026 16:08:08 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LEDA MARIA FERRARI (CPF 023.XXX.XXX-70) em 25/03/2026 16:13:11 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 25/03/2026 16:13:51 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/9348-B55D-F8C8-9F78>